

RUMORES DE UM COMUM: BASES DE UM “ESTAR-JUNTO” NA ARTE

DOI: <https://doi.org/10.33871/23580437.2020.7.1.234-248>

*Bruno Gomes de Almeida*¹

Resumo: Sugerindo um instrumental teórico que ajude a fundamentar as bases conceituais mais essenciais das práticas artísticas contemporâneas pautadas em coletividade e convivialidade, o texto reflete sobre parte da herança conceitual de alguns dos principais filósofos que repensaram o conceito de comunidade. Sobretudo, por ser um conceito que apresenta um horizonte de reflexão interessante para se pensar as formas de “estar junto” que essa tendência da contemporaneidade artística promove. Assim, o texto resgata alguns conceitos e abordagens filosóficas específicos de pensadores como: Jean-Luc Nancy, Martin Heidegger, Georges Bataille, Giorgio Agamben e Roberto Espósito. Aproximações que contribuem para reflexões mais atentas sobre o que haveria de essencial por trás do anseio de “estar junto” dessa vertente de produção artística cada vez mais interessada em explorar a dimensão coexistencial da vida.

Palavras-chave: Estar-junto; Comunidade; Arte contemporânea

RUMOURS OF A COMMON: BASIS FOR A BEING TOGETHER IN ART

Abstract: Suggesting a theoretical reference that helps to support the most essential conceptual bases of contemporary artistic practices based on collectivity and conviviality, the text reflects on part of the conceptual heritage of some of the main philosophers who rethought the concept of community. Above all, because it is a concept that presents an interesting reflection horizon to think about the ways of “being together” that this trend of artistic contemporaneity promotes. Thus, the text rescues some specific philosophical concepts and approaches from thinkers such as: Jean-Luc Nancy, Martin Heidegger, Georges Bataille, Giorgio Agamben and Roberto Espício. Approaches that contribute to more attentive reflections about what would be essential behind the desire of “being together” in this artistic production increasingly interested in exploring the coexistential dimension of life.

Keywords: Being together; Community; Contemporary art

RUMORES DE UN COMÚN: FUNDAMENTOS PARA UN “ESTAR-JUNTO” EN EL ARTE

Resumen: Al sugerir un referencial teórico que ayuda a basar las bases conceptuales más esenciales de las prácticas artísticas contemporâneas basadas en la colectividad y la convivencia, el texto refleja

¹ Professor substituto de Artes Visuais do colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, é mestre e doutor em arte e cultura contemporânea pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e desenvolve pesquisas teórico-práticas sobre práticas artísticas coletivas. <http://lattes.cnpq.br/2387474870602389>. ORCID: 0000-0003-3317-7040. Email: brugomes7@yahoo.com.br

sobre parte del patrimonio conceptual de algunos de los principales filósofos que repensaron el concepto de comunidad. Sobre todo, porque es un concepto que presenta un interesante horizonte de reflexión para pensar en las formas de "estar juntos" promovidas por esta tendencia del arte contemporáneo. Así, el texto presenta algunos conceptos y enfoques filosóficos específicos de pensadores como: Jean-Luc Nancy, Martin Heidegger, Georges Bataille, Giorgio Agamben y Roberto Espínio. Enfoques que contribuyen para reflexiones atentas a lo que sería esencial detrás del deseo de "estar juntos" de la producción artística cada vez más interesada en explorar la dimensión coexistencial de la vida.

Palabras clave: Estar junto; Comunidad; Arte Contemporáneo

Introdução

Nas últimas décadas, com a crescente tendência artística de promoção de trabalhos que adentram o universo das relações humanas, houve também uma progressiva necessidade de uma teoria da arte que pudesse pensar esses trabalhos de maneira mais atenta.

De certa forma, o texto pretende dar uma contribuição nesse sentido. Pensar alguns conceitos filosóficos importantes que ajudam a estabelecer um horizonte de análise a respeito dessa vertente da arte contemporânea que perpassa experiências coletivistas, participativas e de inserção no espaço público.

São apresentados alguns conceitos que ajudam a compreender as construções teóricas pelas quais o conceito de comunidade perpassou nas últimas décadas. Sobretudo, por ser um conceito que contribui para uma reflexão importante acerca das conjunturas sociais e conviviais presentes em muitos desses trabalhos artísticos, sugerindo uma ideia de espaço comum que gera uma partilha de ordem não-essencialista, acima de tudo.

Tendo em vista que a instrumentalização do conceito de comunidade para pensar trabalhos artísticos é uma abordagem teórica já conhecida, foi propósito do texto esmiuçar um pouco alguns conceitos que esclarecem as principais bases de significação dessa ideia de comunidade, especialmente, assentando uma conjuntura conceitual que ajude a reflexão sobre o que poderia haver de mais essencial nessa dimensão convivial da arte contemporânea, notoriamente, bastante diversa e multifacetada. Circunstância que é denominada no texto como formas de “estar-junto” da arte.

Entre os conceitos apresentados, estão: *insein*, *mitsein* e *dasein* como contribuições do pensamento de Martin Heidegger; a “comunidade acéfala”, o “êxtase” e a “experiência interior” de Georges Bataille; o “ser-singular-plurar” e a “comunidade inoperante” de Jean-Luc Nancy; a “comunidade que vem” de Giorgio Agamben; e as análises etimológicas de Roberto Espínio acerca dos radicais latinos *cum* e *mínus*.

Todos conceitos que, respeitando seus ordenamentos e cronologia específicos, ajudam a demarcar a dimensão dessa concepção de comunidade que tem propiciado um olhar mais atento sobre as formas de estar-junto engendradas pela arte contemporânea.

Posto isto, também são citados alguns trabalhos artísticos que se colocam nesse limiar das relações humanas conviviais, e que, de alguma maneira, delineiam uma dimensão co-existencial que nos proporciona um aprofundamento de olhar sobre o comum que promovem.

A condição coexistencial da arte

As últimas décadas trouxeram à tona grandes exemplos de como a arte pôde se metamorfosear reiteradamente sob efeito de um certo desejo em forjar grupalidades. Algo que se deu de diversas maneiras. Artistas que decidiram compartilhar seus ateliês, fazendo do processo de criação uma vivência coparticipativa; artistas que partilhavam de mesmos estilos e convicções artísticas em grupos de trabalho; artistas que buscaram se evadir de seus universos habituais, habitando lugares novos, de uma natureza e sociedade mais “primitivos”; espaços de arte que transfiguraram as suas experiências habituais de fruição, proporcionando outros envolvimento de seus visitantes; artistas que passaram a fazer arte a partir de seus próprios corpos e também dos corpos dos outros; obras que saem das galerias e museus, e adentram os espaços das cidades; obras que se efetivaram somente através de uma participação coletiva, de um envolvimento do público; artistas que formaram grupos de trabalho em que a autoria não era mais privilégio de um, mas sim, de todos; formação de grupos de discussão e produção de arte por meio de circuitos alternativos, distantes do âmbito das grandes instituições; artistas que se inserem em tramas íntimas e universos pessoais de indivíduos e comunidades desconhecidas. Todos esses, exemplos dessa tendência que atravessa as vanguardas históricas, a performance, a arte pública, a arte participativa, os coletivos, os grupos de discussão e criação coletiva, assim como, as práticas colaborativas e comunitárias, e também as de inclinação etnográfica.

Essa forma de fazer arte, embora diversa em termos de repertórios e interesses, traz à tona a ideia de que uma de suas maiores ambições é explorar a relação entre o singular e o múltiplo. A necessidade de juntar, reunir, tocar, associar, aproximar, amontoar e aglomerar pessoas, é estratégia de processos artísticos pautados pelo desejo em fazer da arte um mecanismo para a produção de novas mobilidades. Uma mistura de impermanência com variabilidade, disposta a dar conta de um mundo que cada vez mais se descobre vasto e multifacetado. Um mundo presente em todos os lugares, que faz morada tanto nos espaços geográficos, quanto nos afetivos.

Esse pretense interesse por forjar grupalidades é algo que manifesta a necessidade de a arte ajudar o sujeito a lidar com as confluências de aproximações e distanciamentos que a todo momento o submetem a um incessante estar-no-mundo. Uma condição que é imprescindível de sua maior consciência acerca do âmbito das relações. A certeza de que os lugares por onde trafega também são trafegados por outros, que os universos que habita também são habitados por outros. Uma reflexão que transfigura a sua existência, a valer, em uma coexistência. A conclusão de que não existe um “ser” que não seja composto de um “não-ser” inevitável, que o perpassa a todo momento, que o compoñha e recompoñha num processo contínuo.

Isso faz com que surja uma demanda a ser resolvida. A necessidade que um sistema de ações possa ajudar a resolver a questão “Como coexistir com os outros?”. Pergunta que sugere um interesse que brota como uma necessidade. É preciso conhecer melhor os nossos entornos, sobretudo, quem costuma habitá-los. Mas um entorno que também se prolonga, que não se restringe somente ao físico, mas que cria uma circunstância que margeia, que circunda os nossos horizontes subjetivos.

Essa arte das grupalidades, na verdade, enuncia uma inescapabilidade típica da criação artística. Afinal, do que se faz arte, senão da própria vida? O artista que capta as vibrações da realidade, quase como um sismógrafo, gerencia e traduz esses abalos a partir de sua sensibilidade perceptiva. E tão logo o faça, se dá conta que essas vibrações são ocasionadas por múltiplos movimentos, de pessoas, de outros seres semelhantes a si.

Assim, evidencia-se uma necessidade de compreensão acerca da mecânica dessa construção de proximidades que redesenha a todo instante os nossos universos relacionais. Há de se conhecer melhor essas configurações que se refazem incessantemente conforme vamos vivendo. Pois são as formas de estar-junto.

Dessa forma, um viés possível para pensarmos de forma abrangente sobre o que há de mais essencial nessa tendência coexistencial da arte é analisarmos parte da herança conceitual de alguns filósofos

que pensaram o conceito de comunidade. Seus aprofundamentos contribuem para que sejam traçadas algumas das linhas essenciais das práticas de estar-junto verificáveis na contemporaneidade artística no que possuem de fundante.

A inevitabilidade coexistencial da comunidade

Pensar um processo de destruição do homem implica considerar sua dupla face, destruição/construção. Ascensão de um novo horizonte que, fundamentalmente, estabeleça novos territórios de ação, que gere mutações existenciais imbuídas de novas partilhas e movimentos. A demanda pela reconstrução de si infere, incondicionalmente, em uma decomposição e desfiguração do próprio corpo, em sua descoberta enquanto força de gênese. O corpo é um cheio, um espaço preenchido, é o lugar da existência. “O corpo é uma pele diversamente dobrada, redobrada, desdobrada, multiplicada, estrangulada, furada, invasiva, tensa, distendida, excitada, esticada, disforme, rasgada, costurada”(NANCY, 2000. P.16).

Logo, se a existência não é um espaço pré-estabelecido de antemão, o corpo espacializa a existência. “Ele é de fato sempre o corpo do sentido, ou seja, a partilha do sentido (do ser) nos diversos corpos” (TARIZZO, 2007. P.40).

Dessa forma, chega-se à conclusão que o indivíduo porta mais do que si mesmo, ele é o espaço que o rodeia, de virtualidades não efetuadas, de potências, de possíveis. Um corpo é o encontro com outros corpos. E considerando que não é uma entidade biológica isolada, que é também resultante das relações de poder da governabilidade social, cada vez mais surge a necessidade de contramovimentos que concebam o corpo enquanto ponto de partida.

Do biopoder contemporâneo, num contrafluxo, advém urgências para a instauração de novos circuitos de afetos, para outras formas de ser. E como o ser não é pré-existente, é derivado de seu próprio arranjo e grupamento no mundo, da composição e recomposição das fronteiras de seus lugares de existência surge uma demanda específica. Novas formas de estar-junto. Novas formas de partilhas, de intercâmbios, de coexistências.

A necessidade de estar junto é, acima de tudo, uma condição da existência. Se o corpo é responsável por espacializá-la, como diz Jean-Luc Nancy, o seu ponto de partida e de chegada, uma ontologia do corpo coincidiria com uma ontologia do ser.

Dessa forma, a revisão acerca dos processos hegemônicos de constituição de individualidades é fundamental para quem não se repousa em docilidades e submissões dos processos de administração dos corpos. E a busca por outras formas de estar-junto é parte primordial para tal empreitada.

Se repensar nossas formas de estar-junto pressupõe repensar nossos próprios corpos, nossa existência e o ser que emerge daí, surge uma tarefa árdua de dimensão individual e também coletiva. O corpo é nosso, a concretude de um ser particular, mas que tem sua formação derivada do acúmulo dos outros corpos em si mesmo.

Jean-Luc Nancy, na esteira de uma filosofia não-essencialista, sobretudo, de tradição antimetafísica, diz que o ser é ao mesmo tempo singular e plural (NANCY, 2000). Ele reitera que, por ser livre, o ser é desvinculado de toda essência, sendo sua lógica não mais uma ideologia qualquer, mas a lógica de uma divisão, de uma partilha, simultaneamente decomposição e participação do ser. O ser é a singularidade e a pluralidade da existência, que é o sentido de si mesma. Ou seja, não é possível uma singularidade sem muitas outras singularidades compondo-a, tornando-se vivencialmente também singulares.

Dessa forma, o ser é singular porque se solidifica em cada existência, e é plural pois corresponde simultaneamente à diversidade e multiplicidade de outras existências singulares.

O ser-singular-plural é um diagnóstico que reitera a importância de se repensar o coletivo e o social na contemporaneidade. Evidência de um homem que, cada vez mais, se dá conta de heteronomias e finitudes inevitáveis. A singular pluralidade do ser da reflexão de Nancy é parte essencial de um empreendimento seu mais amplo: repensar a comunidade. O francês faz parte do grupo de filósofos que decidiu se embrenhar por esta seara. Nancy, Jacques Derrida, Maurice Blanchot, Giorgio Agamben e Roberto Espósito são aqueles que mais destacavelmente perfizeram os caminhos teóricos de revisão do conceito de comunidade. Mas, tal empreitada se desenvolveu a partir de um caminho já previamente apresentado. Afinal, o pensamento novecentista sobre a comunidade só é focalizado e aprofundado pelos nomes acima, a partir das veredas insinuadas, sobretudo, nos pensamentos de Martin Heidegger e Georges Bataille.

Alguns conceitos cunhados pelo filósofo alemão contribuíram para essa nova tematização do conceito de comunidade, principalmente, pela forma com que condena a visão metafísica da verdade, sobretudo, quando trata da “apreensão da verdade”, questão importante que permeia grande parte de suas obras. Ele contesta a noção de que a essência da verdade consiste na concordância entre o juízo e seu objeto, não concorda com a concepção de que o lugar da verdade é o enunciado (ou melhor, o juízo). A partir daí, ganha importância sua visão sobre a relevância de se pensar a abertura do ser-no-mundo (*in-sein*), haja vista que, sem a abertura do ser, seja em sua atividade de inserção ou na sua fundamentação existencial, não há possibilidade para que a própria verdade se desvele. E, diga-se de passagem, justamente a partir da perspectiva introduzida por ele no pensamento filosófico é que se instala uma crítica sistemática nos meios filosóficos à metafísica.

Heidegger combate a exposição metafísica baseada na tradição que sobreleva a racionalidade como ordenadora do ser. Dado isto, ele desenvolve um novo índice de “indeterminação de possibilidades”, no qual o ser humano se insere, denominado de *Dasein* (ser-aí). Dessa forma, não há mais consciência que sirva como fundamento do ser. Ou seja, para Heidegger, as várias possibilidades que o ser-aí tem para se decidir são as únicas perspectivas que ele possui, não havendo mais nada que possa lhe ser ofertado enquanto assentamento para sua explicação. Inexiste algo que seja substancial ou *a priori* para mantê-lo em conexão com seu próprio mundo, seu “aí”.

Para Heidegger, a apreensão da verdade ocorre através do desvelamento da verdade dos seres-aí para com os outros seres-aí. Ou seja, se a verdade é desvelamento, este se dá, justamente, através do contato com os seres-aí, por meio de uma determinação existencial do próprio ser-aí (*Dasein*), que seria o “ser-com” (*Mitsein*). Porém, sempre frisando que o ser-com não é um modo circunstancial de ser do ser-aí, já que todo *Dasein* é *Mitsein*.

A princípio, este emaranhado de conceitos provenientes da filosofia de Heidegger pode até transparecer um pouco fatigante, mas são necessários para um melhor entendimento das raízes do pensamento sobre a comunidade. Sobretudo, a serventia do “ser-com” (*Mitsein*). Afinal, por mais que se recolha, ou tente se manter num estado de isolamento extremo, o ser-aí sempre será atravessado por outros seres-aí. O homem enquanto ser-com é, fundamentalmente, ser em virtude dos outros. Sendo que os “outros” para Heidegger, não representam o resto dos demais além de mim, do qual o “eu” é cabível de isolamento. Esses “outros” são aqueles dos quais não se consegue diferenciar, aqueles entre os quais também se está. O outro não se encontra desvinculado do ser-aí, ele é permeado e dissolvido de maneira intrínseca ao próprio ser-aí. E esse processo de descoberta e partilha dos seres-aí se dá em um mundo circundante comum, assegurando o ser-no-mundo (*Insein*), ser-em-comum.

Assim, vai se tornando mais claro as razões pelas quais as derivações do ser-aí heideggeriano, ser-com, ser-no-mundo, ser-em-comum, lançam as bases para as reflexões filosóficas contemporâneas sobre a comunidade. Principalmente, sua capacidade de ser “com” e “a partir” do outro, confluindo-se num mundo comum, num ser-em-comum, evidenciando as origens ontológicas do “nós” comunitário.

A importância desses conceitos está em, através de sua fundamentação antimetafísica, corroborar a noção geral de uma comunidade não-essencialista, em clara aversão aos comunitarismos medulares. Negação de uma condição identitária demasiado unívoca, essencial, de um sentido incondicional de pertencimento. Algo que não apenas contribui para se questionar alguns ideais comunitaristas, como também põe em xeque qualquer desejo uniformizador, de salvação, ou unificações homogeneizantes. Nesse ponto, o paradigma de Auschwitz é dramaticamente ilustrativo, seja em Agamben ou em Nancy. O ponto alto do biopoder contemporâneo ocidental em um de seus episódios mais horrendos e ruinosos. Um sentido de comunidade pregado sob o emblema da “igualdade seletiva”, permitido o balizamento só com seu “semelhante”; o diferente é indigno de tal consideração. O sentimento de pertencimento à raça ariana, perpetuado e bradado sob as vozes mais ruidosas e dissonantes; o preconceito e a discriminação elevado à infinita potência, nada mais poderia suscitar do que uma conscientização sobre a diferença, porém, em sua acepção mais grosseira. A descoberta da imanência do outro, de sua diferença, é um diagnóstico, não de uma sanidade do social, mas sim, de uma suposta patologia.

Assim, como num processo de assentamento do ser singular-plural, Jean-Luc Nancy demarca o universo de ação próprio deste “ser”. Intrínseco a uma experiência de comunidade que não se refere a essencialidades, muito menos se reduz à partilha de identidades. Ele é o que acontece na coexistência dos seres uns com os outros, no ser-em-comum não redutível aos modelos de relações. Daí emerge a sua “comunidade inoperante” (NANCY, 2000). Definição de uma comunidade não ativa, desmobilizada, neutralizada, com motor dispersado. Ela não tem qualquer ideia de si mesma, muito menos do que significa o termo “comunidade”, desorientada sobre o próprio sentido da vida-em-comum. É a única comunidade possível, sem nome, sem essência, sem barreiras identificáveis.

Desta forma, Nancy deixa claro sua proposta de pensar uma ontologia fundamental não mais centrada em uma analítica existencial, mas sim, coexistencial, contendo ainda certos resquícios conceituais heideggerianos. Sua “ontologia do ser”, de certa forma, perfaz os caminhos do ser-em-comum, do ser-com e do ser-uns-com-os-outros, como maneira de desvelar a singular pluralidade inerente à sua comunidade inoperante. Logo, como insinuado anteriormente, essa “ontologia do ser” acaba coincidindo com uma “ontologia dos corpos”, acentuada pela, cada vez mais, evidente e inevitável inescapabilidade de um “com” fundante.

Georges Bataille também foi uma importante influência no pensamento de Nancy. A utilidade do conceito de *mitsein* do pensador alemão, juntamente com a negatividade da comunidade do filósofo de Billon, contribuíram para a convergência, no pensamento de Jean Luc-Nancy, de uma comunidade que se afirmasse pela sua inoperância, sua não-funcionalidade enquanto comunidade essencial. Para acionar sua “singular pluralidade” fez-se necessário desconstruir o que havia de essencial, dominante e centralizador. Ou qualquer resquício de positividade do comum.

Nancy se empenhou bastante na desconstrução da ideia de comunidade originária ou prometida. Seja a *pólis* grega, a cidade-estado, a família cristã ou a república romana, em sua visão, todas baseadas em uma promessa de laço universal, de comunidade perdida, que conduz a uma visão da vida coletiva em prol de certa essencialidade utópica, jamais alcançada ou possível.

Sua posição de que o comum só surge pela exposição dos “uns com os outros”, na herança do *insein* heideggeriano, perpassa a ideia da ineficácia de qualquer busca por um substancial fundante. Este comum surge justamente da exposição ao fora, à exterioridade, à alteridade do mundo. Um comum que deriva de um “estar em comum” em que a partilha são pontos de interseções entre os indivíduos, compartilhando a diferença.

Essa desconstrução da ideia de comunhão ou laço essencial foi uma questão importante no pensamento de Bataille quando ele se propôs a explorar a negatividade da ideia de comunidade. Uma “comunidade acéfala”, sem cabeça, sem domínio, sem comando, era o que considerava. Ele sugeriu

a desagregação e a decomposição como possibilidade para uma não centralidade, uma comunidade policéfala, que não recaia em possibilidades de servidão ou submissão.

A atuação intelectual de Bataille sempre se mesclou a certa militância política no contexto entre as décadas de 1930 e 1940. Buscou uma produção intelectual que demarcasse claramente seu posicionamento político ante a sociedade capitalista e a sociedade totalitária. E nesse ponto, deixou evidente sua crença a respeito do potencial “comunitário” enquanto formação de novas formas de vida política. A sua ideia de uma comunidade “acéfala”, sugere uma negatividade de dupla face. O efeito de desconstrução, de destruição de qualquer perspectiva na direção de comunhões fusionais, mas também, uma comunidade que, exatamente, por sua negação, suscita uma qualidade disruptiva da realidade. A disrupção é disfunção, ausência de finalidade na prática coletiva, não utilitária. Sendo aí que pode se estabelecer o potencial para uma pulsão revolucionária.

Essa disrupção defendida por Bataille já pressupõe uma própria condição do comum. Um comum que se origina somente pela exposição de uns com os outros, como num movimento de sair de si mesmo, de expor-se ao fora, à exterioridade. Dessa forma, pode-se pensar que essa exposição que, por si só, já sugere uma pluralidade inerente, constitui-se enquanto “excesso”, “desvio”. Sendo algo que se aproxima do conceito batailliano de “êxtase”, um dos aspectos fundantes da experiência do comum no pensamento dele. O “êxtase” como o absoluto estar fora de si do sujeito. A evidência da busca do outro não para se alcançar uma substância, uma integralidade essencial, mas para instituir um processo constante de composição e decomposição, muitas vezes violenta ou silenciosamente.

Por conseguinte, entende-se com mais clareza o porquê da crença de Bataille em uma “comunidade dos sem comunidade”. Um lugar dos desertores e renegados, dos homens destoantes, inconciliáveis, desinteressados a se reconhecerem enquanto comunidade, em quaisquer resquícios comunitários ou comunitaristas. Noção que influenciaria o pensamento de Nancy, ao considerar a inoperância da comunidade como condição fundamental para um “comum” verdadeiramente factível e potencial.

Assim, funcionando como um enganche nesse emaranhando conceitual de Bataille, e também importante para se entender a dinâmica da “comunidade dos sem comunidade” e sua “negatividade” e “acefalia”, outro conceito acentua e potencializa o valor de toda esta incongruência. Sua “experiência interior”(BATAILLE, 2016) é um conceito chave para se entender a importância da dissidência de sua comunidade. Afinal, algo entendido não enquanto uma tomada de consciência de si mesmo, em diálogos contínuos de “mim comigo mesmo”, mas sim, um sentimento de si oriundo de um processo de descontinuidade aberto pelo transbordamento da vida, como essa passagem de Maurice Blanchot enfatiza:

A experiência interior diz assim o contrário do que parece dizer: movimento de contestação que, vindo do sujeito, o devasta, mas tem por mais profunda origem a relação com o outro que é a comunidade mesma, a qual não seria nada se não abrisse aquele que se expõe a ela, à infinidade da alteridade, ao mesmo tempo que lhe determina sua inexorável finitude. A comunidade, comunidade de iguais, que os põe à prova de uma desigualdade desconhecida, é tal que ela não os subordina uns aos outros, mas os torna acessíveis àquilo que há de inacessível nessa nova relação de responsabilidade (de soberania?). (BLANCHOT, 2013, p.30)

A “experiência interior” se realiza e se potencializa na incompletude, e na partilha e compartilhamento que expõe seus limites, enquanto barreiras a serem transgredidas, advindas, possivelmente, de um “êxtase” que desanda, desata e amontoa.

O "êxtase" é ele mesmo comunicação, negação do ser isolado que, ao mesmo tempo que desaparece nessa violenta ruptura, pretende se exaltar ou se "enriquecer" com aquilo que quebra seu isolamento até abri-lo ao ilimitado - sendo todas afirmações que, na verdade, parecem enunciadas apenas para serem contestadas: o ser isolado é o indivíduo, e o indivíduo é apenas uma abstração; a existência tal como a concepção débil do liberalismo ordinário a representa para si. (BLANCHOT, 2013, p.32)

Importante lembrar que esse “êxtase” suscitou em Blanchot a ideia de uma perspectiva comunitária nessa mesma direção, a “comunidade dos amantes”. Na esteira do “estar fora de si mesmo” e desse processo irresoluto de composição e decomposição, Blanchot defende um comum advindo desse mesmo estado reticente e difuso. Fruto de seres arrebatados pela paixão e pelo êxtase, condenados a viver sem destinação cada encontro, num nomadismo perpétuo.

Ainda na toada do “redescobrimento” da comunidade no pensamento contemporâneo, Giorgio Agamben estende as questões de seus predecessores franceses, sobretudo, não deixando de lado sua ótica biopolítica.

Em seu livro *A comunidade que vem*, ele também perfaz os caminhos da distopia comunitária sob a ótica desconstrutiva e disruptiva de origem batailliana, assim como, a antiessencialista e coexistencial presentes nos conceitos heideggerianos. Mas, deixando claro que uma “comunidade que vem” é composta por “seres que vem”, índice para uma atualização importante acerca da biopolítica contemporânea.

Certamente, tal indicação pode evidenciar resquícios de certa militância filosófica no pensamento de Agamben. Afinal, tanto quanto Bataille, ele também sugere um contraponto à condição do estado totalitário.

Sua comunidade é formada por “seres que vem”, que é um “ser qualquer”, privado de identidade ou essência universal. Logo, derivam de uma “singularidade qualquer”. Dessa forma, pode-se notar que o “ser comum” desta “comunidade que vem” é o “ser tal qual é”, incondicionado a uma substância ou essência dada.

Sem o intuito de perfazer os caminhos labirínticos etimológicos dos conceitos de Agamben, o que nos interessa nesse ponto é o quanto sua “singularidade qualquer” é uma condição que se aproxima de outros conceitos que fundamentam essa ideia de uma comunidade não essencialista.

Dessa forma, a “singularidade qualquer” é um pré-requisito para se compor uma comunidade baseada na diferença. Algo que ilustra a ideia de manifestações singulares que não reivindicam nenhuma identidade, nenhum grupo, nenhuma classe.

De fato, o pensamento comunitário de Agamben pode ser entendido como sugestão de uma deliberação de forças de resistência. Porém, não oriundas de partidos políticos ou movimentos sociais consolidados, mas sim, de singularidades quaisquer. Uma forma de se criar alternativas para confrontar o biopoder contemporâneo utilizando novas armas. Para ele, a “comunidade que vem” é o conjunto das singularidades quaisquer, que nada têm em comum além do fato de serem singulares.

Nesse sentido, a biopolítica enquanto política da *Bíos*², e não exatamente uma estratégia de domínio do poder, pode ser relacionada a sua “comunidade que vem” em razão da “singularidade qualquer” ser uma condição essencial para se pensar a dimensão política das formas de vida. Abrindo espaço para se refletir sobre os universos subjetivos que compõem os seres, os corpos. No entanto, não menos potentes por transitarem em circuitos pouco evidentes. Ou seja, esse comum composto de singularidades quaisquer, por si só, pode ser capaz de instituir uma força subjetiva, biopolítica, capaz de oxigenar o social, ecoando e fazendo repercutir as vozes da diferença.

Talvez essa impropriedade do comum seja algo mais inevitável do que se imagina. Roberto Espósito, também pertencente à vertente dos “filósofos da comunidade”, acrescenta uma particularidade interessante ao tema. Também partidário de uma visão comunitária não fusional e universal, ele faz um caminho inicial que tenta desvendar as origens etimológicas do comum. Parte da *communitas*, denominação latina para comunidade.

² Uma política própria da práxis do sujeito e sua relação com a sociedade, já que *bíos* é uma palavra de origem grega que significa vida, mas em sua dimensão social, politizada.

As designações do “comum” nas línguas neolatinas deixam claro uma proximidade em termos de seu significado. Todas o designam enquanto aquilo que não é próprio, o que concerne a mais de um, a muitos ou a todos. Logo, pensar a comunidade (*communitas*) como o lugar onde se partilha este “comum”, segundo o sentido antigo, seria pensar o lugar ou conjunto de pessoas que se unem, não a partir de uma propriedade, mas sim, a partir de um dever, de uma dívida (ESPÓSITO, 2003, p.14).

Da *communitas*, ele extrai os dois radicais que a compõem: *cum* e *múnus*. *Cum* revela a presença inevitável de um outro (um além de mim). Já *múnus*, possui três diferentes significados: *onus*, *officium* e *donum*. Mas Espósito dá atenção a *donum*, pois indica a ideia de dever, dívida, obrigação.

Desta forma, Espósito reflete sobre a seguinte questão: se *munus* institui uma doação obrigatória, e *cum*, a presença inevitável do outro, *cum* + *múnus* significaria uma forma de relação em que o sujeito se doa incondicionalmente ao outro. Contrariando a lógica comunitária aquisitiva do senso comum.

Ele entende que seria como

Uma desapropriação que investe e descentra o sujeito proprietário, e o força a sair de si mesmo. A alterar-se. Na comunidade, os sujeitos não encontram um princípio de identificação, tampouco um recinto asséptico em cujo interior se estabeleça uma comunicação transparente ou quando menos, o conteúdo a comunicar. Não encontram nada além desse vazio, essa distância, esse estranhamento que os faz ausentes de si mesmos.” (ESPÓSITO, 2003, p.15)

Ou seja, a comunidade não pode se pensar como um corpo, uma corporação, uma fusão de indivíduos que tenha como resultado um indivíduo maior. Muito menos, deve ser entendido como um agradecimento recíproco intersubjetivo em que eles se reflitam confirmando sua identidade inicial, um laço coletivo que chega em certo momento a conectar indivíduos previamente separados. Isso se dá, pois

A comunidade não é um modo de “ser”, muito menos, de “fazer”, do sujeito individual. Não é sua proliferação ou multiplicação. Mas sim, sua exposição ao que interrompe sua clausura e o leva para o exterior, uma vertigem, uma síncope, um espasmo na continuidade do sujeito. (ESPOSITO, 2003, p.16)

Essas reiterações, assim como as revelações etimológicas do conceito de comunidade, só reafirmam ainda mais a ideia de que o que caracteriza o “comum” não é o que é próprio, mas sim, sua impropriedade, o outro. E o que se percebe nessas diferentes abordagens quanto à comunidade, é um claro lugar de aproximação entre eles. Sobretudo, a produção de um comum que subjaz as diferenças, que é o encontro delas.

Rumores de um estar-junto na arte

A arte capaz de promover o “comum” é uma arte com superfícies de contato. Para abrir suas fronteiras, ofertar-se ao desconhecido, é preciso um desejo genuíno. Ser arte a partir, fundamentalmente, do que intercede, secciona, partilha.

Talvez possa se dizer que a arte já possui esta tarefa, que sua realização, por si só, determina um “sensível heterogêneo” (RANCIERE, 2011) singular, como poderia insinuar Jacques Rancière. Afinal, sua “oferta” ou “partilha” é função inerente ao ato de expor-se. E aqueles que a vivenciam, automaticamente, perfazem um caminho singular, de uma sensibilidade alheia que se materializou na obra ou proposição, e que os inunda de sentidos. Por isso, o lugar do comum na arte perpassa um lugar de estar-junto. Sobretudo, um estar-junto múltiplo e diversificado.

Dessa maneira, tendo a arte como um verdadeiro dispositivo capaz de captar e instaurar as potências dos processos de vida que insurgem a todo momento, conhecer as diferentes formas de estar-junto

que ela é capaz de instituir, tornar-se inevitável. Visto que podem ser estratégias geradoras de visibilidades e inteligibilidades do mundo.

Essas estratégias adquirem formatos bastante variados. Trabalhos artísticos imbuídos da mesma essência relacional e coletiva são construídos a partir de proposições provenientes das mais diversas demandas próprias do universo das relações humanas. Alguns trabalhos são bastante representativos quanto a essa instauração de um comum a partir de circunstâncias de convivência. Arranjos relacionais que sugerem formas singulares de coexistir com os outros.

Embora adentrar em detalhes as problemáticas de trabalhos assim seja dispendioso para o propósito deste texto (certamente tarefa para outro artigo), podemos citar algumas experiências artísticas que se enquadram nessa vertente, e que evidenciam, cada uma a sua maneira, diferentes formas de estar-junto. Dentre elas, por exemplo: o toque; as perseguições; os ataques; as confraternizações; os amontoamentos; e os encontros casuais. Estratégias perceptíveis em trabalhos de Lygia Clark, Sophie Calle, Vito Aconcci, Marina Abramovic, Grupo de Arte Callejero, OPAVIVARÁ!, Santiago Sierra, Ana Teixeira e Anna Costa e Silva, para citar alguns dos mais representativos.

A fase relacional da obra de Lygia Clark foi bastante representativa de uma arte que propunha uma vivência que se iniciava a partir do toque, da ação do próprio corpo em ressignificar sua sensorialidade, como no exemplo da experiência de *Eu e tu*, entre tantas outras. As experiências *Suite Vénitienne* e *Following piece*, de Sophie Calle e Vito Aconcci, respectivamente, propuseram dinâmicas em que os artistas estabeleceram verdadeiras perseguições a transeuntes, estar literalmente no encalço de desconhecidos. Especificamente, *Rhythm 0*, de Marina Abramovic, assim como os escrachos públicos do Grupo de Arte Callejero contra antigos torturadores da ditadura argentina, são trabalhos artísticos que se encaixam em experiências que consideraria como promotoras de um “nós” baseado em estratégias de ataque, de confronto, ruptura, drasticidade. Algo, de certo, contrastante em relação a experiências de confraternizações e trocas afetivas lúdicas, como as promovidas pelo coletivo OPAVIVARÁ! e notadas em trabalhos como *Acampamento transnômade*.



Figura 1 - Lygia Clark, *O eu e o tu*, 1967.



Figura 2 - Sophie Calle, *Suite Vénitienne*, 1980.



Figura 3 - Vito Acconci, *Following Piece*, between October 3 and 25, 1969.



Figura 4 – Marina Abramovic, *Rhythm 0*, 1974.



Figura 5 - Grupo de Arte Callejero, *Aqui viven genocidas*, 1998.



Figura 6 - OPAVIVARÁ!, *Acampamento transnômade*, 2016.

Já o trabalho *68 PERSONAS REMUNERADAS PARA PERMANECER BLOQUEANDO EL ACCESO A UN MUSEO*, de Santiago Sierra, apresenta um estar-junto pautado pelo amontoamento de pessoas previamente planejado e acordado; uma forma de impactar o espaço pelo ajuntamento de corpos. Um dos vários trabalhos do artista espanhol em que remunerava pessoas em troca de determinados serviços. Diferente dos encontros casuais dos trabalhos *Escuto histórias de amor* e *Éter*, respectivamente, Ana Teixeira e Anna Costa e Silva. Experiências em que a dinâmica estava justamente na interação por meio de uma conversa casual das artistas com pessoas desconhecidas, mas cada uma a partir de contextos e provocações específicas.



Figura 7 – Santiago Sierra, *68 PERSONAS REMUNERADAS PARA PERMANECER BLOQUEANDO EL ACCESO A UN MUSEO*, 2000.



Figura 8 - Ana Teixeira, *Escuto histórias de amor*, 2005 – 2012



Figura 9 - Anna Costa e Silva, *Éter*, 2015 – 2017.

Dessa forma, considerando trabalhos artísticos como os apresentados, podemos perceber que o “emanharado” de conceitos filosóficos citados anteriormente, com vistas a compor uma melhor

compreensão das bases que fundamentam, em linhas essenciais, os conceitos de comunidade no pensamento dos filósofos mencionados, contribuem para que se esboce um horizonte conceitual bastante propício para a teoria da arte contemporânea. Especialmente quando se trata de experiências artísticas baseadas em relações interpessoais que se firmam por meio de desconstruções e “microdisrupções” relacionais, capazes de causar certo destoamento, inconciliação, dissidência, incompletude, estados reticentes e difusos, ou mesmo, redescobertas e ressignificações de afetos.

Ou seja, a aproximação desse instrumental conceitual a reflexões de trabalhos artísticos, longe de se propor ser pretensas ilustrações ou representações de conceitos em obras e vice-versa, ao menos esboça certo horizonte de entendimento e reflexão específicos. Algo que se consolida a partir da certeza de que o “ser” está sempre a reboque de um “com” inescapável. O que determina a coexistência como condição inexorável. Noção complementada pela evidência de que o comum é menos uma partilha de semelhanças, do que de impropriedades. Uma fundamentação patente para uma arte que se consolida, cada vez mais, instauradora de dimensões do comum.

Considerações finais

As reflexões acerca da ideia de uma comunidade não-essencialista que permearia o comum produzido por trabalhos artísticos como os citados, também fazem como que outros questionamentos se insinuem. De certa maneira, indo de encontro com essa dimensão não-essencialista diagnosticada, principalmente considerando o mundo contemporâneo e suas complexidades. Pois, como é possível pensar um comum não essencialista, não identitário, no entanto, imerso em um contexto em que as lutas identitárias estão cada vez mais fortalecidas? Como pensar a identidade comunitária de grupos minoritários que lançam mão, justamente, de grupamentos e coletivismos como forma de aprofundar noções de reconhecimento e pertencimento? O estar-junto que deriva daí é o mesmo que a arte é capaz de promover?

Certamente, são questionamentos dos mais importantes e fundamentais para uma leitura atualizada acerca do comum que é produzido nos dias de hoje. Embora não seja intenção insinuar um aprofundamento a esse respeito, talvez, outras pontuações possam nos servir como base para algumas direções reflexivas.

Se partirmos de uma noção da arte enquanto uma espécie de “dispositivo de visibilidades e inteligibilidades do mundo”, por exemplo, notaremos que seu alcance sempre será múltiplo. E essa multiplicidade implica destinações das mais variadas. Talvez aí resida a importância de seu poder em criar laços, comunicar, avistar limites, envolver, acessar, sensibilizar. Logo, a natureza de seu estar-junto, enquanto poder de ressonância, infere em uma atuação que, possivelmente, age com maior intento ao disseminar mais potências do que resistências. Sobretudo, se pensarmos essa resistência numa acepção mais literal e restrita do termo, como simples negação, recusa, bloqueio.

Talvez, a partir dessa direção seja possível pensar o quanto o estar-junto da arte, em grande parte dos casos, se consolida por meio de seu poder de “contaminação”, afinal, sua reverberação incorre, inevitavelmente, em uma atenção para com sua entonação, intensidade e projeção. De maneira ou de outra, uma atuação com certa dimensão pedagógica. A não necessidade de afirmação de convergências ou essencialidades, e sim, abertura e disponibilidade para impropriedades contínuas.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BATAILLE, Georges. *A experiência interior*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

BLANCHOT, Maurice. *A comunidade inconfessável*. São Paulo: Lumme Editor, 2013.

NANCY, Jean-Luc. *Being singular-plural*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

_____. *Corpus*. Lisboa: Veja, 2000.

_____. *La comunidad inoperante*. Santiago: LOM ediciones, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *A comunidade estética*. In: Revista Poiésis nº17. P.169-187. Julho de 2011.

TARIZZO, Davide. Filósofos em comunidade. In: *O retorno da comunidade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.